



**UNIFESO - Centro Universitário Serra dos Órgãos**  
**CCHS – Centro de Ciências Humanas e Sociais**

# Teste de Progresso 2009

## DIREITO

Prezado Aluno

Você está realizando o Teste de Progresso. Este não objetiva aprovar, selecionar ou classificar: procura dimensionar o seu ganho de conhecimento cognitivo e constatar sua evolução individual no processo de construção de sua aprendizagem. Por isso, ao participar do teste está fazendo o acompanhamento de seu crescimento ao longo do curso.

Dependendo do período em que se encontra, muitas destas questões poderão ser desconhecidas. Mesmo assim, esforce-se para respondê-las.

O resultado do teste será entregue individualmente, aos alunos que participaram.

Boa sorte!

Comissão de Avaliação

---

### INSTRUÇÕES:

---

- Assine o cartão de respostas com caneta azul ou preta conforme assinatura no documento de identidade apresentado.
- Marque o cartão de respostas preenchendo TODO O ESPAÇO sobre a letra correta (■) em tinta azul ou preta.
- NÃO serão permitidas rasuras no cartão de respostas. As questões rasuradas serão consideradas erradas.
- Somente entregue o cartão de respostas. O caderno de questões poderá ser levado para a conferência do gabarito, desde que tenha decorrido uma hora do início da prova.
- NÃO é permitido manter telefone celular, ou quaisquer dispositivos eletrônicos ligados na sala de prova.
- Fica proibido qualquer tipo de consulta.
- Os professores responsáveis pela aplicação do teste NÃO poderão esclarecer dúvidas. O entendimento dos enunciados faz parte da avaliação.
- A prova contém 80 (oitenta) questões numeradas, de múltipla escolha, com cinco opções cada, onde há somente única resposta correta.
- A duração da prova é de três horas improrrogáveis, incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas. Ao final deste tempo, os cartões serão recolhidos.
- Os três últimos candidatos sairão da sala de prova em conjunto.
- O aluno somente poderá retirar-se da sala, após decorrida a primeira hora partir do início do teste.

1. Foi há poucas décadas que o mundo acordou para as questões globais do meio ambiente. Demorou bastante, desde que começou a Revolução Industrial, para que se entendesse que o progresso a qualquer custo deveria ser questionado. Afinal, não é mais possível garantir moradia, bens e alimentos de uma crescente população mundial à custa da derrubada indiscriminada das florestas e do aumento da poluição do ar. Sabe-se, hoje, que o meio ambiente global não conhece fronteiras, sendo um sistema complexo e dinâmico. Na tentativa de encaminhar soluções para os graves problemas ambientais que afetam a todos, passaram a ser negociados políticas e acordos internacionais, dos quais um dos mais importantes é o Protocolo de Kyoto.

Com o auxílio do texto e considerando a magnitude da questão ambiental no mundo contemporâneo, assinale a opção incorreta.

- (A) O modelo tradicional de industrialização começa a ser combatido devido ao seu poder de destruição do meio ambiente.
- (B) Em tese, o texto confirma a seguinte proposição: a poluição do ar na Inglaterra pode ocasionar uma chuva ácida na Noruega.
- (C) Um dos mais graves problemas apontados pelos especialistas, na atualidade, diz respeito à água, elemento indispensável à vida e em processo de escassez.
- (D) Um título adequado ao texto seria: Todo progresso é bem-vindo.
- (E) emissão descontrolada de gases poluentes amplia o efeito estufa, de que decorre o denominado aquecimento global.

2. Observe a imagem, cena do personagem Carlitos no filme Tempos modernos, 1936. Tempos modernos, de Charles Chaplin, representa a situação econômica e social dos Estados Unidos da América dos anos trinta do século passado.



No filme, as aventuras de Carlitos transcorrem numa sociedade

- (A) Capitalista em desenvolvimento e conflagrada pelos movimentos operários de destruição das máquinas.
- (B) Globalizada, em que o poder financeiro tornava desnecessário o uso das máquinas na produção de mercadorias.
- (C) Imperialista e mecanizada, que aplicava os lucros adquiridos na exploração dos países pobres em benefício dos operários americanos.
- (D) abalada pelo desemprego e caracterizada pela submissão do trabalho humano ao movimento das máquinas.
- (E) Pós-capitalista, na qual o emprego da máquina libertava o homem da opressão do trabalho industrial.

3. Globalização é o nome que comumente se dá ao atual estágio da economia mundial. Novas e incessantes inovações tecnológicas ampliam a produção e estimulam a notável expansão do comércio em escala planetária. Afora esses aspectos considerados positivos, muito do que os defensores da globalização defendiam não se concretizou, pelo menos até hoje. O certo é que as reformas liberalizantes, a exemplo da abertura dos mercados, das privatizações das empresas públicas e da redução dos direitos trabalhistas, não trouxeram o desenvolvimento alardeado nem melhoraram a distribuição de renda. Aliás, em alguns países aconteceu o contrário. Com o auxílio do texto e considerando a realidade econômica mundial nos dias de hoje, assinale a opção correta:

- (A) Na atualidade, o baixo nível educacional da maioria da população mundial impede o aumento da produção e, com isso, reduz o volume de comércio entre os países.
- (B) O conhecimento científico-tecnológico desempenha importante papel na economia globalizada de hoje.
- (C) Deduz-se do texto que nem tudo que chegou a ser sonhado por alguns com a globalização conseguiu concretizar-se.
- (D) Segundo o texto, em alguns países, os efeitos da globalização foram bastante negativos, concentrando a renda e não trazendo o progresso.
- (E) O Brasil foi um dos países que mais se empenharam em promover o que o texto chama de "reformas liberalizantes" .

4. A França vem enfrentando problemas sociais internos que repercutem na imagem do País no exterior. Ainda que não interfiram diretamente nas relações internacionais francesas, episódios de violência ocorridos na periferia de Paris colocam o País em evidência. Esses episódios de conflitos violentos estão fortemente vinculados aos protestos e reivindicações do segmento social dos(as)

- (A) Imigrantes e trabalhadores.
- (B) Refugiados Políticos.
- (C) Ex-combatentes de guerra.
- (D) Fundamentalistas religiosos.
- (E) Tribos urbanas neonazistas.

5. As melhores leis a favor das mulheres de cada país-membro da União Européia estão sendo reunidas por especialistas. O objetivo é compor uma legislação continental capaz de contemplar temas que vão da contracepção à equidade salarial, da prostituição à aposentadoria. Contudo, uma legislação que assegure a inclusão social das cidadãs deve contemplar outros temas, além dos citados.

São dois os temas mais específicos para essa legislação:

- (A) Aborto e violência doméstica.
- (B) Cotas raciais e assédio moral.
- (C) Educação moral e trabalho.
- (D) Estupro e imigração clandestina.
- (E) Liberdade de expressão e divórcio.

6. Os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos causaram um grande impacto em diversas partes do mundo. Da queda do regime do Talebã no Afeganistão a leis restringindo liberdades civis na Europa, a tragédia americana estabeleceu uma nova era nas relações internacionais e abalou governos.

(O mundo após 11 de setembro, in BBCBrasil.com, 11.09.2002, www.bbc.co.uk/portuguese/especial/1911\_mundo911)

Entre os impactos provocados pelos ataques terroristas ao World Trade Center de Nova Iorque, em 11 de setembro de 2001, podemos citar a:

(A) Ação decisiva dos Estados Unidos na intermediação dos conflitos entre Israel e palestinos para solucionar a crise do Oriente Médio.

(B) Vitória de Barack Obama nas eleições presidenciais, tornando-se o primeiro afro-americano a governar os Estados Unidos.

(C) Retomada dos conflitos no Oriente Médio, com a ocupação do Kuwait por tropas iraquianas e a repressão contra os curdos.

(D) Pressão norte-americana sobre o governo do Paquistão para que participasse do combate ao terrorismo islâmico.

(E) Crescente preocupação diplomática e militar norte-americana com os governos de esquerda latino-americanos.

7. A política brasileira nas áreas rurais é caracterizada por enfrentamentos que se expressam, dentre outros, por organizações da sociedade civil, em associações, sindicatos, movimentos sociais, etc. O par de entidades da sociedade civil que representam distintas classes sociais e interesses conflitantes quanto a questão da terra é:

(A) Liga Camponesa/Via Campesina.

(B) Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/ Via Campesina.

(C) Movimentos dos Atingidos por Barragens/ Liga Camponesa.

(D) União Democrática Ruralista/ Sindicato dos Proprietários Rurais.

(E) União Democrática Ruralista/ Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

8. A charge de Millôr apresentada aponta para

Millôr e a ética do nosso tempo



Millôr Fernandes. Veja, São Paulo.

(A) A fragilidade dos princípios morais.

(B) A defesa das convicções políticas.

(C) A persuasão como estratégia de convencimento.

(D) O predomínio do econômico sobre o ético.

(E) O desrespeito às relações profissionais.

9. A charge de Millôr trata de uma questão importante quando falamos de ética. Assinale a alternativa que melhor retrata o sentido da charge:

(A) Total desrespeito às questões religiosas e éticas.

(B) Defesa das convicções morais frente à corrupção.

(C) Ênfase no êxito econômico acima de qualquer coisa.

(D) Perda dos valores éticos nos tempos modernos.

(E) Perda da fé e da esperança num mundo globalizado.

10. O homem se tornou lobo para o homem, porque a meta do desenvolvimento industrial está concentrada num objeto e não no ser humano. A tecnologia e a própria ciência não respeitaram os valores éticos e, por isso, não tiveram respeito algum para o humanismo. Para a convivência. Para o sentido mesmo da existência. Na própria política, o que contou no pós-guerra foi o êxito econômico e, muito pouco, a justiça social e o cultivo da verdadeira imagem do homem. Fomos vítimas da ganância e da máquina. Das cifras. E, assim, perdemos o sentido autêntico da confiança, da fé, do amor. As máquinas andaram por cima da plantinha sempre tenra da esperança. E foi o caos.

Paulo Evaristo Arns.

Em favor do homem. Rio de Janeiro: Avenir, s/d. p.10.

De acordo com o texto I, pode-se afirmar que

(A) A industrialização, embora respeite os valores éticos, não visa ao homem.

(B) A confiança, a fé, a ganância e o amor se impõem para uma convivência possível.

(C) A política do pós-guerra eliminou totalmente a esperança entre os homens.

(D) O sentido da existência encontra-se instalado no êxito econômico e no conforto.

(E) O desenvolvimento tecnológico e científico não respeitou o humanismo.

11. Como característica do Estado absolutista, cuja formação ocorreu em meio à dissolução do feudalismo e o surgimento do capitalismo, podemos destacar

- (A) A criação de uma democracia representativa.
- (B) A tripartição e a limitação recíproca dos poderes.
- (C) A adoção do regime monárquico, com concentração do poder.
- (D) A edificação do povo como fonte da soberania.
- (E) A influência iluminista.

Em geral, o Estado Absolutista organizou-se sob um regime monárquico, cujo poder ("de fato" e "de direito") concentrava-se na figura do Monarca.

12. Acerca da soberania, um dos elementos constitutivos do Estado, é correto afirmar:

- (A) O mesmo território admite a coexistência de duas ou mais soberanias.
- (B) A soberania consiste na prerrogativa do Estado sujeitar outros Estados e indivíduos à sua jurisdição.
- (C) É um atributo específico dos regimes monárquicos. Possui prazo de duração constitucionalmente determinado.

(D) A incidência da soberania é delimitada pelos limites territoriais do Estado.

O Estado detém o monopólio de ocupação de determinado território, onde exerce a soberania. Com isso, os limites do território são os limites da soberania estatal.

13. Para fomentar a participação política e diminuir o distanciamento dos cidadãos em relação ao Estado, a Constituição Federal de 1988 estimulou, em condições estipuladas e especificadas, o exercício direto do poder político, prestigiando a chamada "democracia participativa". Das afirmativas abaixo sobre essa questão, assinale a única correta:

- (A) A Constituição Federal de 1988 elenca o *impeachment* como um dos institutos para o exercício direto do poder pelos cidadãos.
- (B) Qualquer cidadão brasileiro está constitucionalmente legitimado a denunciar irregularidades ou ilegalidades praticadas na Administração Pública ao Tribunal de Contas da União.
- (C) A Constituição Federal vigente prevê a possibilidade de projetos de emendas à Constituição e de medidas provisórias por iniciativa popular.
- (D) Os mandatos parlamentares obtidos por meio do voto podem ser revogados por decisão popular.
- (E) A composição das comissões parlamentares de inquérito devem garantir um percentual determinado para os cidadãos ingressarem como membros.

A CF de 1988, no art. 74, § 2º dispõe: "qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União".

14. Gumerindo é proprietário de um carro importado avaliado em aproximadamente R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Na festa de réveillon na praia de Copacabana 2008/2009, o referido veículo foi furtado, sendo realizado registro da ocorrência no dia 01 de janeiro, logo após a constatação do fato com o objetivo de recebimento do seguro contratado. Até a presente data Gumerindo não arrecadou o IPVA mas foi informado pelo funcionário do Detran que deverá efetuar o pagamento. Neste caso:

- (A) Está correta a informação tendo em vista que ocorreu o fato gerador e fato superveniente supra não atinge a obrigação tributária;
- (B) Está correta a informação tendo em vista que não ocorreu o fato gerador mas permanece a responsabilidade tributária até o momento da "baixa" do registro no Detran;
- (C) Está correta a informação mesmo que não tenha ocorrido o fato gerador;
- (D) Não está correta a informação em razão de fato superveniente prejudicial a continuidade do fato gerador;
- (E) Não ocorreu o fato gerador, sendo certo que Gumerindo não deverá pagar o tributo em questão.

O fato gerador do tributo é a propriedade de veículo automotor e tem como característica ser complexivo. Por esta razão, o fato superveniente, no caso, o furto do automóvel, acarreta na impossibilidade de continuidade da propriedade e por esta razão não haverá a devida cobrança. Os Estados possuem legislação específica acerca da não cobrança ou cobrança parcial do IPVA quando há roubo ou furto de veículos.

15. O ITR é tributo com característica extrafiscal e por esta razão aplica-se a progressividade nas alíquotas e a imunidade. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- (A) É certo que qualquer propriedade rural que seja enquadrada como pequena gleba será imune ao tributo;
- (B) No caso de unitariedade é necessário que o proprietário a explore para que seja concedida a imunidade;
- (C) Para a aplicação da progressividade é necessária a exploração da atividade rural, mas para a imunidade não;
- (D) A extrafiscalidade restringe-se a imunidade das pequenas glebas;
- (E) A progressividade do tributo refere-se a aplicação de alíquotas conforme a área tributada.

A extrafiscalidade do tributo está vinculada a função social da propriedade e neste sentido, as propriedades rurais quando exploradas e conforme a exploração, possuem alíquotas inferiores às que não são explorada e não se enquadram nas hipóteses de não incidência tributária. A progressividade do tributo é aplicada conforme o grau de utilização.

**16. Ciente de que foi movida execução fiscal, determinado contribuinte procura seu escritório solicitando seus préstimos como advogado tributarista. No momento da confecção de sua defesa, você repara que no auto de infração que ensejou a execução foi cobrada multa de 150% e a autuação compreende o valor integral do débito, sendo certo que em parcelamento concedido, o contribuinte chegou a quitar 12 parcelas. Consta a determinação de penhora on line pelo juízo competente. Neste caso:**

- I. Poderá alegar que a multa absorve o valor do tributo ante ao percentual aplicado;
- II. Verifica-se a ilegalidade da penhora on-line antes de apresentada a defesa;
- III. Poderá apresentar embargos no prazo de 30 dias a contar da juntada da citação nos autos;
- IV. A execução é nula em razão do valor constante na CDA;
- V. Poderá comprovar o pagamento parcial e impugnar parcialmente a execução.

**Assinale a alternativa correta:**

- (A) Somente uma afirmativa está correta;
- (B) Duas alternativas estão corretas;
- (C) Três alternativas estão corretas;
- (D) Quatro alternativas estão corretas;
- (E) Todas as alternativas estão corretas.

Estão corretas as afirmativas III e V. A afirmativa I está errada porque o percentual de 150% de multa poderá ser aplicada conforme a legislação vigente e quando tratar-se de penalidade em razão de prática de crime tributário. A afirmativa II está errada porque não há perante a legislação a previsão de ilegalidade no que se refere a penhora on line antes de apresentada a defesa do contribuinte. A afirmativa IV está errada pois qualquer inconsistência quanto aos dados constantes na CDA poderão ser alterados sem que acarrete na nulidade da execução. A CDA poderá ser nula em razão de vício no procedimento administrativo que a ensejou.

**17. A Constituição Federal vigente assim dispõe:**

“Art. 167. São vedados:

- [...];  
[...];  
[...];

**IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;**

[...].”

**Em face dessa norma e de demais normas constitucionais pertinentes, é correto concluir quanto ao imposto**

- (A) Ser ele uma espécie de tributo vinculado.
- (B) Ser ele uma espécie de tributo de arrecadação vinculada.
- (C) Ser ele uma espécie tributo de arrecadação não vinculada.
- (D) Não ser ele uma espécie tributo.
- (E) N.D.A.

Segundo entendimento do STF as espécies tributárias são em número de 05 e dentre elas está o imposto. Quanto a sua classificação doutrinária e considerando o princípio da não-afetação, constante no inciso IV do artigo 167 da Constituição

Federal, que veda atrelar a arrecadação do imposto a qualquer órgão, fundo ou despesa, é correto afirmar que o imposto é tributo de arrecadação não vinculada.

**18. Assinale a opção CORRETA:**

- (A) As alíquotas do Imposto de Renda podem ser aumentadas por Portaria do Ministro da Fazenda.
- (B) As alíquotas do Imposto de Importação só podem ser aumentadas por lei, tendo em vista o princípio da legalidade.
- (C) As alterações relativas ao aumento das alíquotas do Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros (IE) e do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), feitas por lei ordinária, produziram efeitos no mesmo exercício financeiro da data da sua publicação.
- (D) Uma lei ordinária que aumente a alíquota do Imposto Territorial Rural, produziram efeitos no mesmo exercício financeiro da data da sua publicação.
- (E) N.D.A.

Princípio da Legalidade Tributária e Princípio da Anterioridade. O IE e o IOF são impostos que trazem características extrafiscais, ou seja, possuem finalidade regulatória de mercado ou de economia de um país. Seguindo esse raciocínio a Constituição Federal em seu artigo 153, §1º, admite que as alíquotas dos impostos contidos nesse preceito sejam aumentadas ou diminuídas por decreto do Presidente da República. Quanto ao princípio da anterioridade necessitam de rapidez na produção de efeitos, assim não respeitam o princípio, nos termos do artigo 150, §1º, da CF.

**19. Em 2006, Leon comprou de Liv apartamento localizado no Município de Cabo Frio. Em relação a eventuais créditos tributários decorrentes do imposto predial e territorial urbano (IPTU) e da taxa pela prestação de serviço referente àquele imóvel (taxa de coleta de resíduos sólidos), é CORRETO afirmar:**

- (A) Que Liv, o vendedor, estará, em qualquer hipótese, obrigado ao pagamento da taxa, mas não ao do IPTU.
- (B) Que apenas Liv estará obrigado ao pagamento daqueles tributos, se na escritura pública de compra e venda constar a prova de sua quitação.
- (C) Que Leon, o adquirente, se tornará, em qualquer hipótese, devedor solidário por aqueles eventuais tributos.
- (D) Que Leon, o adquirente, não estará obrigado, em nenhuma hipótese, ao pagamento daqueles tributos.
- (E) Ainda não sei.

Responsabilidade Tributária dos Sucessores, artigo 130, CTN. Ao contrário sensu, o adquirente torna-se responsável caso não conste no título aquisitivo a prova de quitação dos tributos incidentes sobre o imóvel.

20. O romance de Aldous Huxley chamado "O admirável mundo novo" retrata uma sociedade onde as pessoas nascem em laboratório e lá são condicionadas, desde o nascimento, para pertencerem a determinadas classes sociais: Alfas, Betas, Gamas e Ípsilons. Neste processo de condicionamento através de uma sugestão constante, a vontade individual é substituída pela vontade do Estado. Segue abaixo um trecho do romance:

"As crianças Alfas vestem roupas cinzentas. Elas trabalham muito mais do que nós porque são formidavelmente inteligentes. Francamente, estou contentíssimo de ser um Beta, porque não trabalho tanto. E, além disso, somos muito superiores aos Gamas e aos Deltas. (...) Cada um trabalha para todos. Não podemos prescindir de ninguém. Até os Ípsilons são úteis. Não poderíamos passar sem os Ípsilons. Os Ípsilons não importam de serem Ípsilons. Nós, naturalmente, nos importáramos. Mas acontece que fomos condicionados de outro modo... Agora uma coisa é certa, todos são felizes"

Tomando por base o texto acima de Huxley, podemos traçar uma correlação com o pensamento platônico de justiça desenvolvido em A República. Analise as alternativas abaixo:

- I – o texto guarda correlação com a teoria da justiça platônica, na medida em que é fundamental para uma sociedade manter o equilíbrio social, o qual se traduz na obra do filósofo, através da nascimento por castas.
- II – a teoria de justiça de Platão não faz menção a divisão do trabalho social, pois a máxima da dike (justiça) consiste em dar a cada um segundo sua necessidade.
- III – A justiça platônica pode ser sintetizada na máxima da dike "dar a cada um o que é seu", o que significa que cada classe social ou casta possui um função a ser desempenhada na sociedade para se alcançar um equilíbrio entre as virtudes da coragem, da sabedoria e da temperança.
- (A) As alternativas I e II estão corretas;  
**(B) As alternativas I e III estão corretas;**  
 (C) As alternativas II e III estão corretas;  
 (D) As alternativas I, II e III estão corretas;  
 (E) Nenhuma das alternativas está correta.

O romance de Huxley, *O admirável mundo novo*, expressa o cerne da teoria platônica das virtudes. As virtudes platônicas expressam os ideais da Grécia arcaica com os ideais do período posterior aos reformadores, isto é, a manutenção de uma elite intelectual no poder, com a sociedade guerreira e uma produção de gêneros de primeira necessidade de forma coletiva. Cada classe possui seu papel específico na sociedade. A justiça para Platão significa o equilíbrio da realização dessas tarefas.

21. O cientificismo moderno é caracterizado na filosofia do direito pelo paradigma juspositivista. Em relação ao positivismo jurídico, podemos afirmar que:

- (A) O positivismo jurídico não se constitui numa relação antinômica com o paradigma jusnaturalista;  
 (B) A norma fundamental da Teoria Pura do Direito de Kelsen é uma norma supra-positiva que constitui o fundamento de validade da ordem jurídica, cuja natureza transcendental é a de um preceito de direito natural.  
 (C) O positivismo jurídico tradicional reconhece outras fontes de produção normativo-jurídicas além do Estado.  
**(D) Uma das teses centrais de tal paradigma é aquela que afirma não haver nenhuma relação de dependência ou determinação entre a validade jurídica das normas com seu conteúdo moral.**  
 (E) A valorização axiológica do direito constitui seu principal critério de legitimação.

O juspositivismo concebe o direito como resultado da vontade humana, histórico e geograficamente limitado. O cientificismo moderno juspositivista aparta o direito da concepção de justiça, afirma que esta partiu de um fundamento metafísico e inalcançável.

22. A Filosofia do Direito têm se ocupado do tema "legitimidade da ordem jurídica", enfatizando a

- (A) Validade das normas;  
 (B) Técnica do direito;  
 (C) Estrutura do direito;  
 (D) Existência específica das normas;  
**(E) Justificação do direito.**

A filosofia preocupa-se com a dimensão do direito legítimo.

23. Em relação à Teoria Pura do Direito elaborada por Hans Kelsen, podemos afirmar que

- (A) Trata-se de uma epistemologia jurídica que nos mostra as condições lógicas mediante as quais é possível o conhecimento científico do Direito.**  
 (B) É uma metodologia preocupada essencialmente com a justificação ética das normas.  
 (C) O direito é concebido, tal como na sociologia jurídica, como um fato social tão somente.  
 (D) Não existe diferença lógica entre relação de causalidade e relação de imputação.  
 (E) O problema da justiça constitui seu principal objeto.

A teoria pura do direito baseia-se em uma epistemologia que tem origem na teoria kantiana, a qual busca uma pureza metodológica do direito em relação aos outros ramos do conhecimento, como a filosofia do direito e a sociologia jurídica.

24. No Exame Nacional de Cursos do MEC de 1996 foi estabelecida a seguinte questão: "Diz-se que a norma moral é autônoma:" e seguiam as alternativas cuja resposta correta era: "Porque implica num querer próprio de sujeição". A moral aqui definida segundo a dogmática jurídica está assentada no pensamento defendido pela:

- (A) Ética deontológica ou formalista**  
 (B) Ética utilitarista  
 (C) Ética valorativa  
 (D) Ética das virtudes  
 (E) Ética de alteridade

A ética deontológica, ao contrário do que preceitua o agir morais das demais correntes éticas, está pautada por um agir a priori ou principiológico. Deste modo, age moralmente aquele que não se vincula à obtenção de resultados.

**25. A interposição recursal adesiva visa a inibir a interposição de recursos que, na verdade, nenhuma das partes queria interpor, desestimulando a litigiosidade. Sobre o recurso adesivo, assinale a alternativa correta:**

- (A) Toda vez que há sucumbência recíproca, não se pode falar em recurso independente, mas sim, em recurso adesivo, porque, vencidos autor e réu, o primeiro dos recursos interpostos será considerado principal, ficando a este subordinado o recurso adesivo;
- (B) Não se pode falar em interposição adesiva nos caso de sucumbência parcial, por faltar a nota da reciprocidade;
- (C) Havendo sucumbência recíproca e sendo proposto agravo de instrumento por uma parte, será cabível a interposição de recurso adesivo pela outra parte;
- (D) Caso haja sucumbência recíproca, admite-se, na apelação, nos embargos de declaração, nos embargos infringentes, nos recursos especial e extraordinário, o recurso adesivo, ao qual se aplicam as mesmas regras do recurso independente;
- (E) O recurso adesivo deve ser proposto dentro do prazo principal do recurso, sob pena de haver o trânsito em julgado da decisão a ser recorrida.

70 recurso adesivo é admitido somente nas hipóteses de sucumbência recíproca (autor e réu são vencedores e vencidos em relação à mesma demanda, ou pedido) – art. 500 do CPC. Esta não se confunde com a sucumbência parcial. O recurso adesivo é proposto no prazo das contra-razões ao recurso.

**26. É sabido que o perfil traçado para o juizados especiais cíveis estaduais e federais é marcado pela concentração e simplicidade dos atos processuais. Além disso, o legislador veio a prever uma série de limitações às atividades das partes, como as restrições probatórias, recursais e aquelas relativas à utilização da ação rescisória. Sobre os Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais, regulados nas leis 9.099/95 e 10.259/01, pode-se afirmar:**

- (A) A competência dos juizados especiais cíveis estaduais é opcional, ou seja, apresenta caráter relativo, podendo a parte optar entre eles ou entre o procedimento comum. Mas caso seja feita a opção pelo procedimento comum, deve a parte valer-se do procedimento sumário;
- (B) O acesso aos juizados especiais, tanto em 1º quanto em 2º grau de jurisdição, é totalmente gratuito, ou seja, a parte estará isenta de arcar com o ônus de adiantar as despesas e com o custo econômico do processo;
- (C) A competência dos juizados especiais cíveis federais é opcional, ou seja, possui caráter relativo, podendo a parte optar entre ajuizar a demanda perante eles ou perante uma vara federal comum.
- (D) Não se admite a realização de qualquer tipo de prova pericial, em razão da menor complexidade das causas a justificar a utilização do procedimento diferenciado dos juizados especiais;
- (E) Qualquer tipo de causas, independentemente da matéria, podem ser versadas perante os juizados especiais federais, desde que respeitado o valor de alçada máximo de 60 (sessenta) salários mínimos.

A parte tem o poder de optar entre o procedimento do JEC estadual e o procedimento comum que, neste caso, será o sumário (art. 275 do CPC). Trata-se de opção da parte, visando a facilitar o acesso à justiça. Prevalece o entendimento que a competência dos JEFs é absoluta, inderrogável pela vontade das partes; só há gratuidade em 1º grau de jurisdição.

**27. O juízo de admissibilidade dos recursos é destinado à análise da própria existência do direito de recorrer e de seu regular exercício. No caso específico do recurso de apelação, os requisitos de admissibilidade estão sujeitos ao controle:**

- (A) Apenas pelo juiz;
- (B) Apenas pelo tribunal;
- (C) Pelo juiz e pela turma julgadora;
- (D) Pelo relator e pela turma julgadora;
- (E) Pelo juiz, pelo relator e pela turma julgadora.

O exame dos requisitos de admissibilidade da apelação é bipartido, ou seja, exercido nos órgãos *a quo* e *ad quem*. Além disso, são questões de ordem pública, não estando sujeitos à preclusão e podendo ser examinados a qualquer tempo pelo órgão judicial, independentemente de requerimento da parte.

**28. A exceção de pré-executividade, embora não prevista na lei, é importante meio de defesa posto à disposição do executado, cuja criação no direito brasileiro é atribuída a Pontes de Miranda. Quanto à tal modalidade defensiva, é incorreto afirmar que:**

- (A) É cabível para suscitação na execução de matérias de ordem pública que possam ser conhecidas de ofício pelo magistrado;
- (B) É suscetível nos próprios autos da execução;
- (C) É ação de caráter incidental, devendo sua petição inicial observar os requisitos do art. 282 do CPC;
- (D) Dispensa a garantia do juízo para seu oferecimento;
- (E) Sua análise não pode demandar dilação probatória ou levar à reinterpretação de cláusulas contratuais.

Não se trata de ação incidental. É exercida através de simples petição, na qual a parte poderá alegar qualquer matéria de ordem pública, ligada à admissibilidade da execução, independentemente do oferecimento dos embargos ou da impugnação.

**29. É sabido que o desenvolvimento dos direitos da personalidade constitui um dos cernes do direito civil moderno, o que marca sua constante feição constitucional e aproximação com a teoria dos direitos fundamentais. Assinale a alternativa que ressalta uma característica que não é própria dos direitos da personalidade:**

- (A) Imprescritibilidade;
- (B) Irrenunciabilidade;
- (C) Disponibilidade;
- (D) Eficácia *erga omnes*;
- (E) Intransmissibilidade.

De acordo com os arts. 11 e 13 do Código Civil. Trata-se de direitos, em regra, indisponíveis.

**30. O Código Civil de 2002, dentre inúmeras inovações, trouxe o regramento da boa-fé objetiva como sendo um dos vetores interpretativos mais relevantes do direito privado, mormente em relação às relações obrigacionais. Em relação ao princípio da boa-fé objetiva, assinala a alternativa incorreta:**

- (A) O princípio denota o estado psicológico do sujeito, caracterizado pela ausência de malícia, pela sua crença ou suposição pessoal de estar agindo em conformidade com o direito;
- (B) O princípio denota a necessidade de haver constante equilíbrio entre as partes nas relações contratuais;
- (C) O princípio atua como um vetor hermenêutico, de modo a fazer com que a interpretação das cláusulas contratuais privilegie sempre o sentido mais conforme à lealdade entre as partes;
- (D) O princípio atua como criador de deveres anexos ao principal, ainda que não expressos no contrato;
- (E) O princípio desvincula-se das intenções íntimas do sujeito, exigindo comportamentos objetivamente adequados aos parâmetros da lealdade, honestidade e cooperação para o alcance dos fins perseguidos em cada relação obrigacional.

O princípio mostra-se desvinculado do ânimo subjetivo das partes. Denota o equilíbrio nas prestações e o dever de colaboração entre as partes. Arts. 422 e 113 do CC.

**31. "A responsabilidade civil é a aplicação de medidas que obrigam uma pessoa a reparar o dano moral ou patrimonial causado a terceiros, em razão de ato por ele mesmo praticado, por pessoa por quem ela responde, por alguma coisa a ela pertencente ou de simples imposição legal."**

(DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. 7a. ed.. São Paulo: Saraiva, 1993). Acerca da responsabilidade civil, assinale a alternativa correta:

- (A) A legítima defesa putativa é causa excludente de responsabilidade civil pelo prejuízo causado, porque o ofensor acredita encontrar-se diante de uma injusta agressão. Nesse caso, por não constituir ato ilícito, apesar de causar dano aos direitos de outrem, não acarreta o dever de indenizar;
- (B) A responsabilidade civil de dono de animal pelos danos que este venha a causar a terceiros depende da comprovação de ter havido falta de vigilância ou de cuidado com o animal, sendo indiferente a culpa da vítima;
- (C) O dano emergente compreende aquilo que a vítima efetivamente perdeu e o que razoavelmente deixou de ganhar com a ocorrência do fato danoso. Na reparação desse dano, procura-se fixar a sua extensão e a expectativa de lucro, objetivando-se a recomposição do patrimônio lesado;
- (D) Na responsabilidade subsidiária, uma das pessoas tem o débito originário e a outra tem apenas a responsabilidade por esse débito. Por isso, existe uma preferência na ordem de excussão: primeiro, são demandados os bens do devedor; não tendo sido encontrados ou sendo eles insuficientes, inicia-se, então, a excussão de bens do responsável em caráter subsidiário, por toda a dívida;
- (E) Os atos praticados em legítima defesa, no exercício regular de um direito ou em estado de necessidade, que provoquem danos morais ou materiais a outrem, embora sejam considerados como atos ilícitos, exoneram o causador do dano da responsabilidade pela reparação do prejuízo causado.

Exemplo claro de responsabilidade subsidiária é o "benefício de ordem" na fiança – art. 827 do CC. Para as demais alternativas, consultar no CC: art. 188; art. 936.

**32. Segundo a legislação civil, o adquirente do imóvel em condomínio edilício responde pelos débitos condominiais, ainda que anteriores à data de sua aquisição. Nesse contexto, a referida obrigação denomina-se:**

- (A) obrigação eficaz;
- (B) obrigação com ônus pessoal;
- (C) obrigação *propter rem* ou obrigação híbrida;
- (D) obrigação natural;
- (E) obrigação modal.

A obrigação *propter rem* é aquela que persegue a coisa, independentemente de quem usufruiu do serviço.

**33. O direito das coisas regula o poder do homem sobre certos bens suscetíveis de valor e os modos de sua utilização econômica. Insta acentuar que o direito das coisas não pode ser compreendido exatamente como sinônimo de direitos reais. Possui configuração mais ampla, abrangendo, além dos direitos reais propriamente ditos, capítulos destinados ao estudo da posse e aos direitos de vizinhança. Considerando as idéias do texto acima e os dispositivos do Código Civil relativos ao direito das coisas, assinale a opção correta:**

- (A) São elementos da relação jurídica oriunda dos direitos reais subjetivos: aquele que detém a titularidade formal do direito, a comunidade e o bem sobre o qual o titular exerce ingerência socioeconômica;
- (B) Ao titular do direito real é imprescindível o uso da ação pauliana ou revocatória para recuperar a coisa em poder de terceiros, inclusive na hipótese de fraude à execução;
- (C) A promessa de compra e venda registrada no respectivo cartório de registro de imóveis e a propriedade fiduciária constituem exemplos de direitos pessoais;
- (D) Caracterizam-se os direitos reais pela formação de relações jurídicas de crédito entre pessoas determinadas ou determináveis, estando o credor em posição de exigir do devedor comportamento caracterizado por uma prestação de dar, fazer ou não-fazer;
- (E) A usucapião constitui modo originário de aquisição da propriedade.

Elementos de um direito real: titular, bem e sujeitos passivos, que, no caso, são todos da comunidade, já que se trata de um direito oponível *erga omnes*. Para os demais itens, consultar no CC: art. 1361; art. 1238; a fraude à execução independe de ação para reconhecimento, pois sua ineficácia é originária.

**34. A disciplina dos alimentos constitui importante ponto de concretização da dignidade da pessoa humana no Código Civil. Sobre os alimentos, assinale a alternativa correta:**

(A) Os alimentos provisionais concedidos em ação cautelar incidental são repetíveis caso sobrevenha sentença que julgue improcedente o respectivo pedido;

(B) O credor de alimentos pode pleitear alimentos complementares ao parente de outra classe se o mais próximo não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, e, sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, todas devem concorrer na proporção dos respectivos recursos;

(C) Havendo renúncia ou dispensa dos alimentos na ação de divórcio, poderá posteriormente qualquer um dos ex-cônjuges postular pensão alimentícia ao outro, invocando os princípios da solidariedade familiar e da capacidade financeira do outro, sob a alegação de que não tem bens suficientes, nem pode prover, com o seu trabalho, à própria manutenção;

(D) A obrigação alimentar decorre da lei, que indica os parentes obrigados de forma taxativa, sendo devidos os alimentos, reciprocamente, pelos pais, filhos, ascendentes, descendentes e colaterais até o quarto grau, incluindo-se, conseqüentemente, tios e sobrinhos;

(E) Pela concepção mais moderna do direito civil, que o aproxima da Constituição, a obrigação de prestar alimentos ao ex-cônjuge estará sempre atrelada à idéia de culpa na separação.

Art. 1698 do CC. Para os demais itens: os alimentos, uma vez prestados, são irrepetíveis, sejam eles provisionais ou definitivos; como regra, o STJ entende que, tendo havido a dispensa dos alimentos no acordo de separação, não mais poderão ser postulados; art. 1696.

**35. O testamento consiste no ato de disposição de última vontade pelo qual alguém dispõe de seus bens para depois de sua morte, ou exara sua vontade acerca de determinadas situações de ordem moral ou pessoal. Assinale a característica que não é própria aos testamentos:**

(A) A solenidade;

(B) A gratuidade;

(C) A unilateralidade;

(D) A irrevogabilidade;

(E) A temporariedade.

Art. 1858. O testamento pode se modificado a qualquer tempo.

**36. Pedro adquiriu de Carlos um cavalo reprodutor. Carlos omitiu, porém, que o cavalo tivera uma doença que poderia torná-lo estéril. Na primeira tentativa de reprodução, Pedro vem, a saber, que o cavalo não está apto para a função reprodutiva. Pedro poderá postular o desfazimento do contrato, alegando:**

(A) Anulabilidade por erro essencial sobre a coisa;

(B) Nulidade por erro essencial sobre a coisa;

(C) Nulidade por fraude a credores;

(D) Nulidade por dolo de Carlos;

(E) Anulabilidade por dolo de Carlos.

A omissão de Carlos oculta uma qualidade negativa sobre o objetivo que, pelo que o enunciado evidencia era condição para que o negócio ocorresse.

**37. Acerca da Lei de Introdução do Código Civil e da vigência, aplicação e interpretação das leis, assinale a opção correta.**

(A) Iniciado o transcurso da vacatio legis, se, por qualquer motivo, ocorrer nova publicação do texto legal, o prazo de obrigatoriedade da lei contará da primeira publicação.

(B) A lei nova que estabelece disposições gerais revoga as leis especiais anteriores que dispuserem sobre a mesma matéria, pois não pode ocorrer conflito de leis, ou seja, uma mesma matéria não pode ser regida por diversas leis.

(C) Repristinação da lei é dar nova vigência a determinada lei, ou seja, uma lei que tiver sido revogada volta a vigor por determinação expressa de uma nova lei.

(D) A lei tem vigência até que a outra lei a revogue, ou, então, até que a lei nova com ela seja incompatível. Nesse caso, ocorre a derrogação da lei, ou seja, a revogação integral de uma lei anterior por uma posterior.

(E) A antinomia é um fenômeno temporal que ocorre quando uma lei nova é incompatível com uma lei anterior que disciplina matéria de forma semelhante.

Repristinação é um fenômeno que, quando previsto em lei, faz voltar a vigor uma lei que havia sido revogada.

**38. Assinale a opção que apresenta resposta correta para o seguinte questionamento. Existe no ordenamento constitucional brasileiro possibilidade de sanção tácita de projeto de lei?**

(A) Não, todos os projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional devem ser submetidos ao presidente da República, que deverá expressamente se manifestar pela sanção ou veto.

(B) Sim, dá-se a denominada sanção tácita quando, havendo sido vetado o projeto de lei, o Congresso Nacional rejeita o veto, seguindo-se a promulgação, que equivale à sanção tácita.

(C) Sim, dá-se a sanção tácita quando, passados 15 dias do recebimento do projeto, o presidente da República não tenha se manifestado, sancionando ou vetando o projeto.

(D) Não, porque, na ausência de sanção ou veto do presidente da República, o projeto de lei retorna ao Congresso Nacional, cabendo ao presidente do Senado promulgá-lo.

(E) Não, a sanção é ato de conhecimento e anuência do Presidente da República. Não estando presente o Vice-Presidente ou o Presidente do Senado Federal sanciona a lei em seu lugar.

A sanção tácita está prevista na CF quando, por omissão do Presidente, num prazo de 15 dias, deixa de expressamente sancionar a lei.

**39. Leia as afirmações abaixo:**

- I. *Vacatio legis* significa o período de tempo que vai da publicação da lei à sua entrada em vigor.
- II. A lei nova que estabelecer disposição geral a par das leis especiais, revoga estas últimas.
- III. Haverá revogação tácita da lei anterior quando a lei nova regular inteiramente a matéria de que aquela tratava.
- IV. Somente haverá revogação tácita da lei anterior quando a lei nova for com aquela incompatível.

Estão corretas, apenas,

- (A) I e II.  
 (B) II e III.  
 (C) I e III.  
 (D) II e IV.  
 (E) I e IV.

Revogação tácita ocorre dentre de um processo em que exista uma antinomia legal, havendo a necessidade de revogação implícita de uma das leis incompatíveis(IV). A *vacatio legis* é um decurso de tempo entre a data de publicação e o termo inicial de vigência da lei.

**40. Entende-se por interpretação autêntica da lei a que provém:**

- (A) Do Supremo Tribunal Federal  
 (B) Do Poder Executivo, através de seus órgãos normativos  
 (C) Do próprio Poder Legislativo  
 (D) Dos diversos órgãos integrantes do Poder Judiciário  
 (E) De todos os órgãos da Administração Pública.

A interpretação autêntica é aquela realizada dentro do corpo da própria lei ou em outra lei interpretativa de uma anterior, sobre aspectos ou vocábulos controversos. Essa interpretação é legal e feita pelo próprio órgão legislativo.

**41. Assinale a afirmativa incorreta:**

- (A) Durkheim considerava que os fatos sociais, objeto de análise da sociologia, se caracterizavam por serem exteriores ao sujeito, gerais e coercitivos.
- (B) Weber considerava que a ação social, objeto de análise da sociologia, era um comportamento dotado de significado subjetivo.
- (C) Marx considerava que a luta de classes tinha como causa a classe dos trabalhadores.
- (D) Weber considerava que o protestantismo gerava condutas adequadas ao capitalismo.
- (E) A sociologia de cunho marxista toma por base um processo de diferenciação da sociedade em classes sociais com interesses divergentes.

A luta de classes não pressupõe apenas a existência de trabalhadores. A sociedade para Marx se explica por uma luta constante entre classes sociais, patrícios e plebeus, servos e senhores, capitalistas e proletários, variando conforme a história da humanidade.

**42. Sobre o sistema jurídico visto a partir da teoria tridimensional do Direito ou do tridimensionalismo do conhecimento jurídico, pode-se dizer que:**

- (A) A questão da validade interessa diretamente ao filósofo.
- (B) O sociólogo do direito trabalha ignorando as outras dimensões do direito.
- (C) O sociólogo do direito examina sistematicamente a aplicação prática do direito.
- (D) A questão da justiça interessa diretamente ao sociólogo do direito.
- (E) O sociólogo do direito não se importa com as questões relativas a aplicação das leis

A tridimensionalidade do direito implica no conhecimento de norma, fato social e valor. O sociólogo do direito não se preocupa apenas com a dimensão dogmática das leis, mas além desta com a dimensão fática de sua aplicação e a legitimidade de sua aplicação.

**43. No que diz respeito à eficácia da norma pode-se afirmar que:**

- (A) Uma norma é socialmente válida apenas quando é respeitada por uma quantidade razoável de cidadãos.
- (B) Uma norma é socialmente válida quando é respeitada por seus todos os destinatários.
- (C) A eficácia secundária da norma é o resultado do respeito da mesma.
- (D) A eficácia primária da norma é resultado do respeito espontâneo à mesma.
- (E) N.D.A.

A eficácia primária é também chamada de eficácia de preceito, diz respeito à sua força normativa correspondente ao comportamento conforme à norma.

**44. Pode-se dizer quanto à Constituição brasileira de 1824 que:**

- (A) Previa a condição servil para os escravos, mas era omissa quanto à sua manumissão;
- (B) Não era omissa quanto aos escravos;
- (C) Fazia menção apenas ao liberto.
- (D) Previa a manumissão dos escravos.
- (E) N.D.A.

Conforme art. 6º. da Constituição de 1984.

**45. Pode-se dizer quanto às Ordenações do Reino que:**

- (A) Foram criadas se baseando no direito canônico e visigótico.
- (B) Tiveram como fonte apenas os forais e o direito romano.
- (C) Foi uma tentativa de fazer um direito livre do Direito Romano.
- (D) Tiveram como fontes principais, os forais, o direito romano, canônico e visigótico.
- (E) Forma criadas com base no direito germânico.
- Justificativa: Conforme doutrina do livro história do direito organizado por Carlos Wolkmer.

**46. Marilena Chauí considera que o Brasil ainda conserva marcas da sociedade colonial escravocrata evidenciadas:**

- (A) Pela total ausência de punição aos ricos e poderosos pelo sistema judiciário.
- (B) Pela falta de indenização financeira feita aos escravos no momento de sua libertação, gerando assim a “dívida social”.
- (C) Pela verticalização em todos os aspectos da sociedade onde as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas entre um superior que manda e um inferior que obedece.
- (D) Pela incapacidade de os ex-escravos exigirem um tratamento semelhante dado aos cidadãos comuns.
- (E) Pela total ausência de uma legislação moderna e eficaz.

Conforme expresso no livro “Brasil: mito fundador e sociedade autoritária” de Perseu Abano.

**47. A sociedade simples do Código Civil de 2002**

- (A) Destina-se a permitir a separação de atividades econômicas em dois grupos: as comerciais e as civis.
- (B) Inova na estruturação de sociedades que exercem atividades econômicas.
- (C) Facilita extremar sociedades de associações no que concerne à disciplina jurídica.
- (D) Foi concebida como modelo de organização ao qual se deu função supletiva.
- (E) Serve para recepcionar as sociedades prestadoras de serviços.

Trata de sociedade destinada a atividades de prestação de serviço e atividades de cunho intelectual – Art. 966, par. Único do CCB.

**48. A questão relativa aos atos de comércio e sua importância na qualificação das operações negociais mercantis, após a unificação do direito obrigacional,**

- (A) Perde relevância uma vez que a figura do comerciante desaparece.
- (B) Equivale à noção de atos de empresa.
- (C) Tem caráter residual em relação às atividades econômicas.
- (D) Explica-se em face da noção de mercado.
- (E) Refere-se a certas operações realizadas em massa.

Com a adoção da teoria da empresa do Art. 966 do CCB, a definição de atividade empresarial como organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, podendo neste conceito abranger sociedades prestadoras de serviço. Neste sentido, os atos de comércio não são caracterizadores da atividades.

**49. Nos contratos de arrendamento mercantil,**

- (A) A transferência da propriedade do bem arrendado somente passará do vendedor original para o arrendatário se este vier a fazer a opção de compra, sujeita, portanto, a uma condição resolutiva.
- (B) O arrendador pode ser qualquer empresário regularmente estabelecido.
- (C) O custo financeiro do contrato para o arrendatário sempre será mais barato do que o de um financiamento bancário.
- (D) O objeto somente pode ser bens móveis infungíveis.
- (E) A opção de compra não pode estar pré-determinada.

Na prática ocorre a pré-determinação mediante o valor residual garantido. O contrato de arrendamento é local com a possibilidade de aquisição. Conforme entendimento

jurisprudencial, se a opção de compra foi pré-determinada, caracteriza-se compra e venda a prazo.

**50. Analise as proposições a seguir a respeito da falência:**

- I. São exigíveis na falência todas as obrigações do devedor, inclusive as obrigações a título gratuito.
- II. Requerida a sua falência, não pode mais o devedor pleitear a recuperação judicial.
- III. No processo falimentar, o devedor, uma vez citado, terá quinze dias para apresentar contestação.

Assinale:

- (A) Se apenas a proposição I estiver correta.
- (B) Se apenas a proposição II estiver correta.
- (C) Se apenas a proposição III estiver correta.
- (D) Se apenas as proposições I e II estiverem corretas.
- (E) Se nenhuma proposição estiver correta.

I – para ser exigido, deve ser pautado em título judicial ou extrajudicial líquido e certo. II – na defesa, conforme art. 95 e 98 o devedor poderá postular a recuperação no prazo da contestação; III – o prazo é de 10 dias, Art. 98.

**51. Assinale a alternativa correta em relação ao que estabelece a legislação específica concernente às relações de consumo.**

- (A) obsta a decadência a instauração de inquérito civil, até seu encerramento.
- (B) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 60 (sessenta) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto não duráveis.
- (C) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 120 (cento e vinte) dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto duráveis.
- (D) A contagem do prazo decadencial, na hipótese de vício aparente, inicia-se somente a partir do conhecimento do dano.
- (E) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços, como regra geral, o exime de responsabilidade.

Regra especial de decadência da lei consumerista, Art. 26, par. 2º, III.

**52. A República, Federação, Presidencialismo e Democracia são, para a Constituição de 1988, respectivamente:**

- (A) Forma de Governo, Forma de Estado, Sistema de Governo, Regime de Governo;
- (B) Forma de Estado, Sistema de Governo, Regime de Governo, Forma de Governo;
- (C) Sistema de Governo, Regime de Governo, Forma de Estado, Forma de Governo;
- (D) Forma de Governo, Forma de Estado, Regime de Governo, Sistema de Governo.
- (E) Forma de Governo e Forma de Estado.

O artigo 2º do ADCT estabelece a república como forma de governo e o presidencialismo como sistema de governo. Além disso, a doutrina constitucional afirma a federação como forma de estado e a democracia como regime de governo.

**53. No que tange à aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a opção correta:**

- (A) As normas de eficácia contida (ou restringível), em regra, se qualificam como objetos plausíveis de uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- (B) As normas de eficácia limitada programáticas têm como característica principal à aplicabilidade plena e imediata, não dependendo de qualquer providência política, normativa ou legislativa para compreensão de seu alcance.
- (C) As normas de eficácia absoluta também são conhecidas como normas não auto-aplicáveis, necessitando sempre de um ato normativo para que se depreenda o seu conteúdo.
- (D) A simples presença de normas programáticas autoriza classificar uma Constituição como dirigente.
- (E) Constituição dirigente é chamada a Carta Constitucional dos estados totalitários unipartidaristas, onde não há democracia nem participação popular na criação das leis.

As normas programáticas são aquelas que estabelecem as metas e as diretrizes de intervenção do Estado na sociedade e na economia. Sendo a constituição dirigente aquela que, além de limitar o poder e garantir liberdades, também estabelece as diretrizes de atuação do Estado, pode-se concluir que são as normas programáticas que caracterizam o dirigismo constitucional.

**54. Assinale a assertiva correta:**

- (A) A Constituição não admite emenda constitucional tendente a abolir a República;
- (B) A vedação de emenda constitucional tendente a abolir os direitos e garantias individuais, aplica-se aos direitos e garantias constantes do art. 5º da Constituição e a outros direitos individuais assegurados pelo texto constitucional;
- (C) A Constituição não admite emenda tendente a abolir a forma presidencial de governo;
- (D) Mediante o procedimento da chamada "dupla revisão", pode se afastar a cláusula proibitiva de determinada emenda, procedendo-se, em seguida, à pretendida mudança do texto constitucional..
- (E) A vedação à criação de Emendas à Constituição abrange todos os direitos fundamentais e a organização do Poder Judiciário

Por força do artigo 5º, § 2º da CF/88, são considerados direitos e garantias individuais não apenas aqueles expressamente previstos no artigo 5º, como também os demais trazidos no texto constitucional e os decorrentes de tratados internacionais em que o Brasil é signatário.

**55. Acerca do controle de constitucionalidade concentrado, julgue os itens a seguir.**

- I - A administração pública indireta, assim como a direta, nas esferas federal, estadual e municipal, fica vinculada às decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade.
- II - Em razão do princípio da subsidiariedade, a ação direta de inconstitucionalidade por omissão somente será cabível se ficar provada a inexistência de qualquer meio eficaz para afastar a lesão no âmbito judicial.
- III - É possível controle de constitucionalidade do direito estadual e do direito municipal no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- IV - São legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade interventiva os mesmos que têm legitimação para propor ação direta de inconstitucionalidade genérica.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II.
- (B) II e IV.
- (C) I e III.
- (D) III e IV.
- (E) Nenhuma das alternativas é verdadeira.

A assertiva "I" é verdadeira em razão do disposto no artigo 102, §2º da CF/88; o mesmo ocorre com o item "III", de acordo com o artigo 1º, parágrafo único, inciso I da Lei 9882/99.

**56. Em relação ao Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar:**

- (A) Junto a ele funcionarão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) Compõe-se de dezessete membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- (C) Seus membros exercerão mandato de dois anos, vedada a recondução.
- (D) Será presidido pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) qualquer pessoa pode officiar ao CNJ sobre atos praticados no que toca ao controle dos atos do judiciário.

Conforme disposto no artigo 103-B, §6º da CF/88.

**57. Considere as seguintes assertivas sobre o Congresso Nacional, de acordo com a Constituição Federal de 1988:**

- I. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
- II. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- III. É de competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar o Estado de Defesa e a intervenção Federal, autorizar o Estado de Sítio ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- IV. Cabe à Câmara dos Deputados, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre a fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) todas são falsas.

I-O quórum para abertura de sessão deliberativa no Congresso Nacional é de maioria absoluta e, em regra, o quórum para tomada de decisões de maioria simples, artigo 47 da CF/88.III- Nesse sentido dispõe o artigo 49, IV da CF/88

**58. A declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, por parte dos Tribunais, dar-se-á somente pelo voto da maioria**

- (A) Relativa dos seus membros ou dos membros da Câmara respectiva.
- (B) Simples dos seus membros, presente a maioria absoluta dos seus componentes.
- (C) De dois terços dos membros do Tribunal Pleno.
- (D) Absoluta dos seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
- (E) N.D.A.

Assim determina a cláusula da reserva de plenário definida no artigo 97 da CF/88.

**59. Acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.**

- (A) Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição Federal, não podendo a lei criar qualquer forma de distinção.
- (B) O direito fundamental à honra se estende às pessoas jurídicas.
- (C) A inviolabilidade do domicílio não alcança o fisco, quando na busca de identificação da ocorrência de fato gerador dos tributos por ele fiscalizados.
- (D) A vedação ao anonimato impede o sigilo da fonte, mesmo quando necessário ao exercício profissional.
- (E) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicialmente, mas não no contencioso administrativo.

Quanto à titularidade, os direitos fundamentais estendem-se a qualquer pessoa física ou jurídica, sendo admitidas restrições apenas quando o exercício do direito demanda uma característica específica. Na medida em que a imagem de uma pessoa jurídica pode ser afetada por uma afirmação injuriosa, caluniosa ou difamatória, a mesma possui os requisitos necessários para reclamar a referida proteção fundamental.

**60. Mercedes, garota de programa, foi contratada por Marcelo para acompanhá-lo a uma festa promovida por seu amigo Jairo em sua residência. Uma vez na residência de Jairo, a moça pede ao anfitrião para ir ao banheiro, tendo sido informada que o mesmo fica localizado no segundo andar da casa. A caminho do toalete a moça ao passar por um dos cômodos repara que há em cima de uma cama um relógio caríssimo e raro. Voltando do sanitário, Mercedes apanha o relógio, no entanto é questionada por Maria, empregada doméstica da casa, que acabara de chegar e observou toda a ação de Mercedes. Esta então assustada pega um vaso, atinge Maria e foge com o relógio. O que ocorreu?**

- (A) Roubo impróprio consumado.
- (B) Roubo próprio consumado.
- (C) Roubo em concurso material com lesão corporal.
- (D) Furto qualificado.
- (E) Furto qualificado em concurso material com lesão corporal.

No roubo impróprio o sujeito ativo em primeiro lugar subtrai a coisa alheia e posteriormente emprega a violência ou ameaça para garantir a posse do bem ou a impunidade.

**61. Etevaldo, pai de Ângela, aposentado, casado, 71 anos de idade, desesperado por que estava devendo muito dinheiro a um agiota, decide subtrair um colar de ouro cravados com pequenos diamantes do guarda-roupa de sua filha na residência em que ela mora com o marido. No curso da ação, no entanto, é surpreendido por Etelvina, empregada doméstica da casa que vendo a situação tentou impedi-lo, mas foi ameaçada por ele que portava um canivete. Neste caso é correto afirmar:**

- (A) Etevaldo não terá direito a escusa absolutória por ser maior de 70 anos.
- (B) Etevaldo goza do direito de uma escusa absolutória por ser ascendente da vítima.
- (C) Etevaldo não gozará da escusa absolutória já que seu delito se deu com grave ameaça contra a empregada doméstica da casa.
- (D) Caberá em favor de Etevaldo o perdão judicial.
- (E) Caberá em favor de Etevaldo a causa de extinção da punibilidade perdão do ofendido.

De acordo com o art. 183 do CP em casos de crimes patrimoniais com violência ou grave ameaça, não são possíveis as escusas absolutórias.

**62. Antônio, chefe de cozinha de um famoso restaurante na Zona Sul do Rio de Janeiro, é surpreendido por uma mulher que entra em sua cozinha, e de forma arrogante e descontrolada, o destrata, xingando palavras de baixo calão, chamando-o de cozinheiro de merda na frente de diversos clientes. Diante do ocorrido, Antônio vai até a Delegacia de Polícia mais próxima e registra ocorrência contra a referida mulher pelo delito de difamação. No entanto cinco dias após recebe convite para fazer um curso especial de culinária na França e sem pensar duas vezes vai para Paris, só retornando oito meses depois, quando decide dar continuidade ao caso relatado acima. Então Antônio procura você como advogado para elaborar para ele uma queixa pelo delito de difamação e finalmente formar contra a tal mulher uma ação penal. O que você diria ele?**

- (A) Que não é mais possível oferecer tal queixa em razão da preempção.
- (B) Que não é mais possível oferecer tal queixa em razão da decadência.
- (C) Que não é mais possível oferecer tal queixa em razão da renúncia.
- (D) Que não é mais possível oferecer tal queixa em razão do perdão do ofendido.
- (E) Que não é mais possível oferecer tal queixa em razão da prescrição.

Os crimes de ação penal privada possuem prazo decadencial de seis meses a contar da data do conhecimento da autoria do fato.

**63. Assinale a opção correta a respeito da prescrição.**

- (A) O prazo de prescrição da pretensão punitiva é regulado pela quantidade de pena imposta na sentença condenatória.
- (B) No caso de evadir-se o condenado, a prescrição é regulada pelo tempo que resta da pena.
- (C) Se, entre a data da sentença e a data do recebimento da denúncia, houver ocorrido o lapso de tempo de prescrição regulado pela pena in concreto, dar-se-á a prescrição intercorrente.
- (D) O curso da prescrição é suspenso pela reincidência.
- (E) A prescrição intercorrente regula-se pela pena abstrata definida no tipo penal.

Neste caso a prescrição executória é regulada pelo tempo que resta da pena. O tempo já cumprido é descontado.

64. Joaquim e Juliana, sua namorada, resolvem praticar aborto. Para tanto o rapaz compra medicação de efeito abortivo, e entrega para que ela tome a medicação, o que faz a moça. Vale ressaltar que ela estava grávida de gêmeos e era sabedora do fato, assim como o namorado. O que ocorreu no caso concreto?

(A) Ocorreu concurso formal imperfeito de dois auto-abortos, devendo ser as penas somadas. Sendo que Juliana foi autora e Jonas o partícipe.

(B) Ocorreu concurso formal imperfeito de dois auto-abortos, devendo ser as penas somadas. Sendo Juliana e Jonas co-autores do delito.

(C) Ocorreu crime continuado de dois auto-abortos, devendo ser uma das penas triplicada. Sendo que Juliana foi autora e Jonas o partícipe.

(D) Ocorreu crime continuado de dois auto-abortos, devendo ser uma das penas triplicada. Sendo Juliana e Jonas co-autores.

(E) Ocorreu concurso material de dois auto-abortos, devendo ser somadas as penas. Sendo Juliana e Jonas co-autores.

No concurso formal imperfeito o sujeito ativo com apenas uma conduta tem desígnios autônomos para executar mais de um delito, no caso, dois auto-abortos.

65. Marcus e Osiris pretendendo matar Jorge se postam de emboscada em uma mesma rua, entretanto ambos desconhecem o intuito criminoso um do outro. Ambos atiram na vítima que vem a falecer em consequência dos ferimentos produzidos pelos projéteis de um dos revólveres. Verifica-se posteriormente que o projétil que matou Jorge fora proveniente da arma de Marcus. Neste caso ocorreu?

(A) Co-autoria.

(B) Autoria incerta.

(C) Autoria colateral.

(D) Autoria e participação.

(E) Autoria intelectual e autoria executória.

Neste caso Marcus e Osiris, não estão em concurso de pessoas por que falta entre eles vínculo psicológico. Neste caso ocorre a chamada autoria colateral ou paralela.

66. O delito de difamação (art.139 do CP) quando praticados contra a honra de funcionário público no exercício de sua função se procede mediante:

(A) Ação penal pública incondicionada.

(B) Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.

(C) Ação penal privada personalíssima.

(D) Ação penal pública condicionada à representação do ofendido.

(E) Ação penal privada subsidiária da pública.

Art. 145, parágrafo único, última parte, do CP.

67. João, empresário, encontra-se com Maria, serventuária do banco em que sua empresa possui conta corrente, num determinado bar de Porto Alegre. Com o objetivo de manter relações sexuais com ela, João dá início a diversas investidas verbais tentando convencê-la a dirigirem-se ao seu apartamento, a fim de chegarem a um "entendimento". Maria não aceita o convite. João, então, passa a ameaçá-la com a perda de seu emprego, uma vez que o gerente do banco é seu amigo e lhe deve um favor, mas não tem conhecimento da atitude de João. Premida pela ameaça, ela decide acompanhá-lo. No apartamento, Maria decide ir embora mas vem a ser coagida fisicamente a manter coito vaginal com João. Nesse caso, é correto afirmar que João praticou o (os) crime(s) de:

(A) Estupro e assédio sexual.

(B) Estupro.

(C) Assédio sexual.

(D) Constrangimento ilegal.

(E) Atentado violento ao pudor.

João não pode ser autor do delito de assédio sexual por não ser seu superior hierárquico ou ascendente funcional, além disso empregou ameaça e coação física para manter coito vaginal configurando assim o estupro, previsto no art. 213 do CP.

68. Em ação penal exclusivamente privada, NÃO vigora o seguinte princípio:

(A) Conveniência;

(B) Oportunidade;

(C) Obrigatoriedade;

(D) Disponibilidade;

(E) Indivisibilidade.

O princípio da obrigatoriedade está contido no Art. 129, I da CRFB. O legislador constituinte originário entendeu que em se tratando de crimes de ação penal privada caberá exclusivamente ao interessado provocar o Estado-Juiz para aplicar a lei ao caso concreto.

69. Assinale a conduta que configura violação do sistema acusatório:

(A) Determinar o juiz a produção de prova pericial, a requerimento da Defesa;

(B) Ouvir o juiz testemunha arrolada pelo Ministério Público e somente depois permitir que as partes formulem perguntas à testemunha, perguntas que somente serão recusadas se não tiverem relação com o processo ou importarem repetição de outra já respondida;

(C) Ordenar o juiz, em qualquer fase do processo, antes de proferir sentença, a juntada de documento requerida pela Defesa;

(D) Proferir o juiz sentença condenatória, por crime diverso e mais grave do que consta na denúncia ou queixa, sem aditamento;

(E) Receber o juiz recurso interposto por ofendido habilitado como assistente

No sistema acusatório é sabido que o ideal de justiça é a inercial do magistrado (*ne procedat iudex ex officio*), ou seja, caberá as partes provocar a jurisdição, diferentemente do que ocorre no sistema inquisitivo. Atenta está a doutrina quando previu o princípio da correlação entre a sentença e acusação.

70. O prazo previsto no Código de Processo Penal, como regra geral, para interposição do recurso de apelação é de:

- (A) 03 (três) dias.
- (B) 05 (cinco) dias.**
- (C) 10 (dez) dias.
- (D) 15 (quinze) dias.
- (E) 20 (vinte) dias.

O prazo de apelação possui previsão legal expressa no Art. 593 do CPP.

71. No que toca ao conteúdo e a forma dos direitos incorporados na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, podemos afirmar que:

- (A) O jusracionalismo é a corrente que fundamenta a universalidade de direitos, partindo da idéia de direitos naturais**
- (B) São garantias atribuídas a todas as pessoas (direitos universais), e podemos encontrar o fundamento desses direitos na Antiguidade
- (C) São na verdade a expressão de uma ética particularista, pois subordinam a aplicação desses direitos às particularidades de cada país signatário
- (D) Encontram-se ligados a história da civilização ocidental, sendo criados com a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, sem qualquer fundamentação teórica anterior ao surgimento dessa Carta.
- (E) São direitos positivos e historicamente observados pelos países, não havendo qualquer vinculação com a idéia de direitos naturais.

A DUDH possui fundamentação nos chamados direitos naturais, os quais partem da idéia universalista, ontológica, de igualdade de todos os homens.

72. Quanto à Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é correto afirmar que se trata de um(a):

- (A) Acordo internacional;
- (B) Tratado internacional;
- (C) Pacto internacional;
- (D) Resolução da Assembléia Geral da ONU.**
- (E) DECRETO

Trata-se de uma resolução da AG, não possuindo força jurídica como as demais modalidades normativas.

73. A finalidade básica dos direitos humanos é coibir o abuso:

- (A) Do poder estatal;
- (B) Do poder estatal e dos indivíduos;**
- (C) Dos indivíduos;
- (D) Dos grupos de indivíduos;
- (E) Dos grupos internacionais que exercem pressão econômica sobre os países.

Os direitos humanos têm com escopo a defesa supranacional dos direitos individuais, quando desrespeitados e/ou não garantidos em nível nacional. Exemplo dessa proteção é a garantia criada pela OEA através da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, as quais têm jurisdição sobre os Estados membros signatários da Convenção Americana de Direitos Humanos.

74. A Constituição Federal prevê em seu art. 5º, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade. Desta forma, dois empregados, trabalhando em uma mesma empresa, exercendo funções idênticas, tem direito a salário igual, salvo se:

- (A) As nacionalidades dos empregados forem diferentes,
- (B) Os sexos forem diferentes;
- (C) As religiões forem diferentes;
- (D) Um dos empregados for menor de 18 anos;
- (E) As localidades em que trabalhem forem diferentes.**

A resposta correta é a letra E, pois o art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho autoriza a distinção de salário se os empregados prestam serviços em localidades diferentes, sem pertencerem a mesma região metropolitana.

75. A professora LUISA GIRARD RIVA SANSEVERINO, ao comentar o elemento que representa a contraprestação do trabalho, no direito italiano, diz que, “embora tal elemento pudesse, em última análise, qualificar-se como preço, a denomi nação que lhe é específica é a de “remuneração”. O termo “salário”, conquanto repetidas vezes usa do, sobretudo na prática sindical, não possui o mesmo conteúdo geral de “remuneração”. Pergunta-se:

- (A) Na legislação brasileira os termos se excluem;
- (B) Na legislação brasileira os termos têm o mesmo conteúdo;
- (C) Na legislação brasileira o termo salário contém um conteúdo mais amplo que o termo remuneração;
- (D) Na legislação brasileira o termo remuneração encerra um conteúdo mais amplo que o termo salário;**
- (E) na legislação brasileira os termos se completam.

76. A federalização dos crimes contra os direitos humanos, que adveio com a Emenda Constitucional 45 de 2004, significa que:

- (A) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal;**
- (B) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Supremo Tribunal Federal poderá julgar os crimes graves contra os direitos humanos e, sendo conveniente, poderá remeter os autos à Corte Interamericana de Direitos Humanos;
- (C) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Presidente do STF, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal;
- (D) A competência para julgar os crimes contra os direitos humanos passa a ser de competência exclusiva da União, a qual, através da ação do Procurador Geral da República, poderá suscitar o deslocamento dos autos para a vara federal.
- (E) N.D.A.

A EC 45 reformou o Poder Judiciário e federalizou os crimes contra os direitos humanos, cabendo ao Procurador Geral da República suscitar, em qualquer fase do processo, o deslocamento dos autos ao STJ com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações relativas aos Tratados de Direitos Humanos.

**77. A direção da empresa Delta Ltda. fez constar em seu regulamento empresarial, de conhecimento de todos os seus empregados, proibição de fumar em ambientes fechados da mesma, estabelecendo locais específicos para a prática do tabagismo. Determinado empregado, dizendo-se fumante há muitos anos, descumpriu tal norma e, por diversas vezes foi flagrado fumando nas dependências da empresa, tendo sido, em todas as ocasiões, advertido pelo seu empregador. Levando-se em consideração o comportamento do empregado, bem como a legislação trabalhista, assinale a alternativa correta.**

- (A) A atitude do empregado não se caracteriza como desobediência à determinação do empregador dado o grau de dependência e o tempo em que o empregado é fumante;
- (B) Levando-se em consideração que a atitude do empregado não gera prejuízo para a empresa, mas apenas desconforto para os colegas de trabalho, ele não pode ser punido por continuar a fumar em ambientes fechados da empresa;
- (C) O ato de fumar em ambientes fechados da empresa constitui ato faltoso por parte do empregado, autorizando a despedida por justa causa, configurando ato de indisciplina decorrente do descumprimento de ordem geral do empregador;
- (D) A atitude do empregado não pode caracterizar justa causa posto que inexistente na legislação trabalhista qualquer previsão de dispensa por justa causa decorrente de tabagismo.
- (E) Não há como caracterizar justa causa para resolução contratual, posto que o empregador não pode restringir o direito do empregado.

A resposta correta é a letra C. A situação hipotética apresentada caracteriza-se como ato de indisciplina, previsto no art. 482, alínea H da Consolidação das Leis do Trabalho e se verifica quando o empregado não acata ordens gerais estabelecidas pelo empregador e de conhecimento dos empregados.

**78. A Consolidação das Leis do Trabalho, em seus artigos 129 e seguintes confere ao empregado o direito às férias após trabalhado 12 meses consecutivos para o mesmo empregador.**

Leia com atenção as proposições de I a IV, escolhendo depois, dentre as alíneas abaixo, a única alternativa correta:

- I. Sendo o direito ao gozo de férias de caráter personalíssimo, cabe ao empregado marcar seu período de férias, consultados os interesses da empresa;
- II. O empregador possui a obrigação de conceder as férias nos termos da lei, devendo ser cientificada por escrito ao empregado com antecedência mínima de 30 dias;
- III. Cessado o contrato de trabalho sem que o empregado tenha concedido as férias, o empregado terá direito ao período completo de férias, transformado em prestação pecuniárias, desde que não haja sido dispensado por justa causa;
- IV. Não tem direito as férias o empregado que durante o período aquisitivo receber da Previdência social prestações de acidente de trabalho ou auxílio doença por mais de 6 meses, mesmo descontínuos.

Alternativas:

- (A) Se as proposições I e IV estiverem corretas;
- (B) Se as proposições I e II estiverem corretas;
- (C) Se as proposições II e IV estiverem corretas;
- (D) Se as proposições II e III estiverem corretas;
- (E) Se nenhuma das proposições estiver correta.

A resposta correta é a letra C. As férias serão concedidas por ato do empregador no período de sua conveniência e sua concessão será participada por escrito com antecedência mínima de 30 dias. Cessado o contrato de trabalho o empregado terá direito ao período completo de férias não importando a causa do rompimento contratual. O empregado perderá o direito às férias se tiver percebido prestação da Previdência social por mais de 6 meses mesmo descontínuos

**79. O contrato individual de trabalho está sujeito a certas situações jurídicas especialíssimas, previstas e reguladas em lei, no regulamento interno empresarial ou em convenções e sentenças coletivas de trabalho, nas quais, aparentemente, deixa de existir, desobrigando o empregado a prestar serviço ao empregador, como também desonerando este ao pagamento de remuneração. Quando todos os seus efeitos desaparecem, em caráter provisório, para renascer após algum tempo, dá-se a suspensão do contrato individual de trabalho.**

Desta forma podemos apontar como hipóteses de suspensão do contrato de trabalho:

I – licença não remunerada, doença justificada após os primeiros 15 dias, suspensão disciplinar, suspensão para inquérito do estável e aposentadoria provisória.

II – acidente de trabalho, doença justificada mesmo antes dos primeiros 15 dias, licença maternidade, exercício de cargo público não obrigatório e afastamento para inquérito.

III – acidente de trabalho, serviço militar obrigatório, exercício de cargo público não obrigatório, participação em greve sem a percepção de salários, desempenho de cargo sindical, se houver afastamento.

IV - desempenho de cargo sindical, se houver afastamento, participação em greve sem a percepção de salários, doença justificada antes dos primeiros 15 dias, licença remunerada, suspensão disciplinar, suspensão para inquérito do estável e aposentadoria provisória.

V – licença não remunerada, doença justificada após os primeiros 15 dias, licença maternidade, suspensão disciplinar, suspensão para inquérito de empregado estável, aposentadoria provisória e greve mesmo com percepção de salário.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Estão corretas todas proposições;
- (B) Estão corretas apenas as proposições I e III;
- (C) Estão corretas apenas as proposições II e IV;
- (D) Estão corretas apenas as proposições I e II;
- (E) Estão corretas apenas as proposições III e IV.

A resposta correta é a letra C. Embora a legislação trabalhista não conceitue e diferencie suspensão e interrupção de contrato de trabalho, na suspensão do contrato de trabalho, os efeitos do contrato estão temporariamente suspensos, não gerando obrigações para o empregador, principalmente o pagamento de salário. O afastamento do empregado nos primeiros 15 dias por motivo de doença é de responsabilidade do empregador que permanece remunerando o empregado, a participação em greve somente será suspensão se não houver o pagamento de salário

80. A regra geral é a da contratação do empregado por prazo indeterminado, posto que da própria natureza do contrato de trabalho o caráter de continuidade da prestação de serviço. Todavia, nos casos previstos em lei o empregador está autorizado a contratar por prazo determinado, como por exemplo na hipótese de contrato celebrado à título de experiência. Desta forma, determinado empregado ao ser despedido ingressou com reclamação trabalhista em face de seu empregador pleiteando o pagamento de aviso prévio. A empresa contesta alegando a existência de contrato de experiência com prazo de 30 dias, prorrogado por mais 60 findo os quais o contrato se encerrou pelo decurso do tempo. O empregado exibiu sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, onde se verifica a anotação do contrato, e as condições acordadas. Diante da situação assinale a alternativa correta:

- (A) O aviso prévio é devido em qualquer hipótese, por ser direito do empregado que necessita de um tempo para procurar uma nova colocação;
- (B) O aviso prévio não é devido posto inerente a contratação a prazo indeterminado, sendo certo que desde o início do contrato o empregado já estava ciente da data em que o mesmo se encerraria, tornando desnecessária a comunicação;
- (C) O aviso prévio é devido em razão da prorrogação do contrato de experiência, acarretando a transformação em contrato a prazo indeterminado, devendo o empregador arcar com o pagamento da verba;
- (D) O aviso prévio será sempre devido ao empregado já que contido em norma de ordem pública, sendo irrenunciável, não importando se o contrato foi celebrado a prazo determinado ou indeterminado;
- (E) O aviso prévio não é devido por se tratar de contrato a prazo determinado, não importando se ocorreu a extinção pelo decurso do tempo ou a rescisão antecipada do mesmo.

A resposta correta é a letra B. Na hipótese de extinção do contrato a prazo determinado o aviso prévio não será devido. Do exame dos artigos 487 e 481 da Consolidação das Leis do Trabalho, o aviso prévio só será devido pelo empregador ou pelo empregado, na hipótese de contrato celebrado a prazo indeterminado, ou rescisão antecipada de contrato a termo, cujo contrato contenha cláusula assecuratória de direito recíproco de rescisão antecipada, nunca na extinção de contrato a prazo determinado posto que o empregado desde o primeiro dia já está ciente da data em que o mesmo se encerraria.